

**CRISTIANE DE ARAÚJO ALMEIDA**

**MODERNIDADE E AS OBRAS PÚBLICAS EM NATAL  
(SEGUNDO GOVERNO DE ALBERTO MARANHÃO)**

**Monografia apresentada à disciplina Pesquisa  
Histórica II, ministrada pela Prof<sup>ª</sup>. Denise  
Mattos Monteiro, do Curso de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,  
sob a orientação do Professor Raimundo  
Pereira Alencar Arrais.**

**NATAL/RN  
2002.1**

## **AGRADECIMENTOS**

**Meus sinceros agradecimentos, ao professor Raimundo Arrais pelo profissionalismo e dedicação com o qual conduziu a sua orientação a este trabalho. Aos que fazem o Núcleo de Estudos Históricos e a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para o êxito desse trabalho.**

**Aos meus pais, pela compreensão e orientação na caminhada da vida;**

**Aos amigos, pelo apoio e carinho;**

**Aos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cujas lições e exemplos permaneceram comigo;**

**A Tony, exemplo de companheirismo e amizade, pelo incentivo, afeto e dedicação. Nessa conquista há muito de sua presença!**

*“A modernidade é o transitório, o efêmero,  
o contingente, é a metade da arte, sendo a  
outra metade o eterno e o imutável.”*

*(Charles Baudelaire).*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	06
<b>1. CONSOLIDAÇÃO OLIGÁRQUICA E A ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE</b> .....	09
1.1. A oligarquia Albuquerque Maranhão.....	12
1.2. A administração da cidade e o plano da Cidade Nova.....	13
<b>2. A ERA DAS REFORMAS URBANAS</b> .....	18
2.1. O Capital estrangeiro e a modernidade.....	19
2.2. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro.....	21
2.3. As reformas urbanas em Salvador e no Recife no início do século XX.....	23
2.4. As reformas urbanas em Manaus.....	25
<b>3. A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DO NATAL E AS OBRAS PÚBLICAS.</b> .....	27
3.1. A inserção do Rio Grande do Norte no capitalismo mundial.....	27
3.2. Modernidade e obras públicas.....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	41
<b>ANEXOS</b> .....	45

## INTRODUÇÃO

A constatação da existência de poucos estudos históricos abordando o aporte da modernidade no Rio Grande do Norte, especificamente em sua capital, motivou a realização desse trabalho. Pretende-se com ele, que possa servir de base, para futuros estudos e trabalhos acadêmicos, a cerca do tema da modernidade e obras públicas em Natal.

Esta pesquisa se propõe a verificar as transformações mentais ocorridas no imaginário das elites locais, durante a introdução do projeto de modernidade na cidade, bem como verificar os seus reflexos no contexto social e político da cidade.

Para Marshall Berman as grandes descobertas nas ciências físicas, a industrialização da produção, a transformação do conhecimento científico em tecnologia, o descomunal crescimento urbano, os sistemas de comunicação de massa dinâmicos em seu desenvolvimento, no século XX, mantendo-o num perpétuo estado de vir a ser, vêm a chama-se modernização.<sup>1</sup>

A chegada da modernidade a Natal foi produto, principalmente, do anseio da elite local, ligada ao grupo dos Albuquerque Maranhão, representada pela figura do então governador, sua principal liderança, que pretendia acompanhar, passo a passo, o modelo arquitetônico, ideológico e cultural europeus, símbolo de civilidade, progresso e moderno.

Coube a essa elite, um papel muito importante na condução do projeto de modernidade para a cidade do Natal, visto que foi a partir dos seus anseios, de se inserir no mundo civilizado, que a capital do Rio Grande Norte, foi incrementada com equipamentos urbanos modernos, como o bondes e a energia elétrica e a adoção de hábitos de uma cultura cosmopolita, sobretudo a francesa.

É oportuno salientar a posição secundária que o Estado desempenhava, no contexto brasileiro da época, em decorrência dos entraves naturais enfrentados pelo porto de Natal ou pela escassez de recursos públicos.

Nesta pesquisa recorreremos aos estudos de Giovana Paiva e Pedro de Lima, com o objetivo de analisar as reformas urbanas na capital, implementadas em seu espaço, com enfoque para a arquitetura. Bem como algumas monografias produzidas por graduandos

<sup>1</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, p.16.

em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como subsídio para fornecimento de dados a cerca das enfermidades, que acometiam a cidade, e as medidas tomadas, por parte do poder público, para sanar as epidemias, e esclarecimentos a respeito das condições e estruturas do porto de Natal e a sua importância na atividade econômica do estado, para a construção do projeto de modernidade.

As fontes consultadas foram Mensagens de Governo apresentadas à Assembléia Legislativa, no período de 1910 a 1913 e edições no jornal A República, cobrindo os anos de 1910 a 1912.

O período estudado compreende o segundo governo de Alberto Maranhão (1908-1913) visto que, <sup>nessa</sup> em sua segunda administração, ficam mais nítidas as transformações ocorridas no espaço físico da cidade em consequência do intenso investimento por parte do governador Alberto Maranhão, no intuito de converter a então cidade de aspecto colonial em uma outra mais moderna, dotada com equipamentos urbanos que a fizesse concorrer em pé de igualdade com outros centros urbanos mais adiantados.

Ainda pesquisando nas monografias, procurar As fontes consultadas foram Mensagens de Governo apresentadas à Assembléia Legislativa no período de 1910 a 1913 e edições do jornal A República, cobrindo os anos de 1910 a 1912.

A pesquisa nessas fontes se justifica por duas razões: Primeiro, as Mensagens de Governo possuíam caráter oficial, por determinação constitucional atribuída ao chefe do executivo, obrigando-o a publicar as suas ações, dessa forma possibilitando retratar, com as suas próprias palavras, as suas realizações. Segundo, o jornal A República, apesar de não ser um órgão de imprensa oficial, era usado para veicular os atos do estado, bem como tinha em suas páginas, matérias comumente escritas para enaltecimento das obras realizadas e da figura de Alberto Maranhão, o que era justificado, já que o jornal era de sua propriedade e tinha sido fundado por um membro de sua família, o seu irmão Pedro Velho.

O jornal A República serviu, ainda, como subsídio para compreensão das transformações de pensamento, ocorridas em Natal, a partir da ótica do jornalismo, e de como a idéia de modernidade foi entendida e veiculada pela imprensa favorável do governo.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, retrata a consolidação da oligarquia Albuquerque Maranhão, que foi a grande pedra de toque para o

processo de modernização na cidade do Natal. O segundo capítulo retrata o processo das reformas urbanas de capitais brasileiras, aliadas ao projeto modernizador e ao capital estrangeiro, e o terceiro e último capítulo trata da modernização da cidade do Natal, através das obras públicas, indagando sobre o sentido que as mesmas representavam para o governo e a elite.



## 1. CONSOLIDAÇÃO DA OLIGARQUIA E ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE

O regime republicano, instalado no Brasil em novembro de 1889, representou o fim da centralização monárquica e marcou o início de uma política descentralizada nos estados. Entretanto, o poder passou a ser exercido pelas famílias, ou grupos, fixadas em cada estado. Essas oligarquias se apropriaram do poder, sendo alçadas à condição de únicos mandatárias locais, Estado e partido político no poder, formando um binômio inseparável.<sup>2</sup>

Segundo Emília Viotti, o advento da República “*não proporcionou nenhuma alteração na estrutura econômica da sociedade brasileira*”, visto que o Brasil continuou com a mesma economia agro-exportadora e de importação de produtos manufaturados.<sup>3</sup>

Com a proclamação da República, Pedro Velho assume interinamente o governo do estado, por indicação de Aristides Lobo, e forma a sua equipe que era composta por membros do partido liberal e conservador do Império, excluindo os republicanos. Governava a Província, antes da instauração da República, o tenente-coronel Antônio Basílio Ribeiro Dantas.<sup>4</sup>

No dia 30 de novembro do mesmo ano, o governo provisório da República nomeou Adolfo Afonso da Silva Gordo para administrar o Rio Grande do Norte, permanecendo no cargo até março de 1890, sendo substituído por Joaquim Xavier da Silveira Júnior, o qual nomeou para seu vice-, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Sob a influência de Pedro Velho, Xavier da Silveira assinou o Decreto n.º 26, de 19 de maio de 1890, isentando do pagamento de direitos de exportação os produtos da Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, pertencente a Jovino Barreto, cunhado de Pedro Velho.

Ao assumir provisoriamente o Governo do Estado, em virtude do afastamento do governador Xavier da Silveira em razão de doença, Pedro Velho “*baixou o Decreto n.º 51, concedendo ao seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (e a outros*

<sup>2</sup> Sobre a formação do Estado oligárquico no período republicano ver: CARONE, Edgard. *A República Velha. Evolução política 1889-1930*.

<sup>3</sup> COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, p. 178.

<sup>4</sup> Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu em Natal no ano de 1856. Ingressou na Faculdade da Bahia em 1873, formando-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1881. Fundou o Partido Republicano do Rio Grande do Norte em 27/01/1889. Governou o Rio Grande do Norte de 28/02/1892 a 31/10/1895.

amigos), o privilégio, por 50 anos, para construir uma estrada de ferro, de Areia Branca a Luiz Gomes.”<sup>5</sup>

Dessa forma, segundo Almir Bueno, a transição da Monarquia para a República no Rio Grande do Norte pode ser assim caracterizada:

*“A República na província potiguar nascia tranqüilamente, como se fosse a transmissão formal de cargo de um partido a outro, de acordo com a praxe imperial e não uma mudança radical de um regime político por outro, por definição, totalmente diferente.”*<sup>6</sup>

Nas eleições de 1892, Pedro Velho foi eleito governador pelo Congresso Estadual, governando o Estado de 28 de fevereiro de 1892 até 31 de outubro de 1895. A administração de Pedro Velho tornou-se muito mais conhecida pela habilidade e capacidade de aglutinação, demonstrada durante a montagem do esquema político republicano no Rio Grande do Norte do que pelas suas intervenções no espaço público, conforme sintetizou Cascudo:

*“Em seu governo ele não construiu nem um quilômetro de estrada e nem um prédio escolar. Preocupou-se fundamentalmente com a organização do Estado em todos os setores da sua atividade, por isso ficou consagrado na opinião pública como o organizador do Estado Republicano.”*<sup>7</sup>

Nesse período, as oligarquias detinham o poder político-econômico local e os utilizavam como mecanismos eficazes para a manutenção do mesmo, tais como: a falta de independência do eleitorado, o voto aberto, a inexistência de uma Justiça Eleitoral.

Essa situação denotava um fenômeno, que foi cunhado na época, como o “Coronelismo”, termo aplicado para definir esse “mandotismo” de votos de cabresto vigente na República Velha. Segundo Victor Nunes Leal, o coronelismo é, sobretudo, “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.”<sup>8</sup>

<sup>5</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha do Rio Grande do Norte*, p. 120.

<sup>6</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República: idéias e práticas política no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, p. 111.

<sup>7</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 127.

<sup>8</sup> NUNES, Victor Nunes. *Cornelismo, enxada e voto*, p. 20.

A família Albuquerque Maranhão foi, no final do século XIX e início do século XX, a família representativa da burguesia agro-comercial-exportadora do Rio Grande do Norte. Era comandada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que liderou o movimento republicano no estado e o dominou por vinte e oito anos (1890-1918). Foi ele também que cuidou de consolidar o seu próprio poder e garantir a continuidade do mesmo entre os membros de sua família.

Com a proclamação da República, os municípios passaram a ser geridos por representantes, os quais eram denominados intendentes, inicialmente nomeados pelo governador do estado e, após a promulgação da Constituição Estadual, escolhidos através de eleição.<sup>9</sup>

Dentre os primeiros intendentes de Natal “figurava Fabrício Gomes Pedroza, avô de Pedro Velho, o qual permaneceu neste cargo de fevereiro de 1890 até dezembro de 1895. Ele foi sucedido por João Avelino, primo de Pedro Velho, e o vice-Presidente da Intendência era Jovino Barreto, cunhado de Pedro Velho.”<sup>10</sup>

As intendenções que se sucederam apresentavam quase a mesma estrutura administrativa. Eram formadas por <sup>UM</sup> conselho composto por um presidente, um vice e por quatro comissários. Cada conselho era eleito para administrar por três anos, embora ocorressem eleições isoladas à medida que vagava algum lugar.

No conselho empossado para o triênio de 1889 a 1902, o coronel Olympio Tavares assumiu como presidente, tendo o tenente-coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura como vice, o major Theodósio Paiva como Comissário de Obras Públicas e o major Pedro Avelino, como comissário de Higiene.

No último ano desse triênio (1899 – 1902), o tenente-coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura assumiu a presidência, uma vez que o presidente eleito se afastou do cargo. A partir daí, e durante quatro triênios consecutivos, até 1914, Joaquim Manoel permaneceu na Intendência Municipal da capital do Rio Grande do Norte.

Dentro do esquema que possibilitava a sustentação e manutenção da oligarquia no poder, a intendência municipal desempenhava um importante papel, visto que o presidente da mesma era também o presidente da junta apuradora das eleições, as quais eram marcadas por fraudes e irregularidades, ao ponto de daí às eleições ganharam a

<sup>9</sup> Sobre a transição do regime monárquico para o republicano no Brasil ver: COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República*.

<sup>10</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 120.

Red

designação de “*eleições a bico-de-pena*”, conforme explica Itamar de Souza, tratando do Rio Grande do Norte:

*“atas falsas ou fictícias, alistamento de eleitores defuntos ou ausentes, eliminação de opositoristas na hora do alistamento, tudo isso e mais outras coisas eram feitas sob o comando intransigente e sisudo do Presidente da Intendência Municipal, que por sua vez, estava obedecendo às ordens recebidas dos chefões da política do estado”*<sup>11</sup>

### 1.1. A oligarquia Albuquerque Maranhão

No final do século XIX, a oligarquia Albuquerque Maranhão já dominava a Intendência de Natal (João Avelino, primo de Pedro Velho) e Canguaretama (Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão), o Correio Central (João Lira Tavares), o Poder legislativo (Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão), o Senado e a Câmara Federal.

Entretanto não parou por aí o controle da oligarquia sobre a vida política e administrativa do estado. Em 1895, a convenção do Partido Republicano Federal apresentou as candidaturas de Joaquim Ferreira Chaves Filho, para governador, de Francisco Salles Meira e Sá, para vice governador, e Joaquim Manoel Teixeira de Moura e o tenente-coronel Luiz Francelino e Aguiar, para intendentess do município de Natal. Foram eleitos todos os candidatos apresentados pelo Partido Republicano, uma vitória que equivalia à confirmação do projeto político de Pedro Velho, visto que a continuidade deu-se também na escolha do secretário de governo, Alberto Maranhão.<sup>12</sup>

Tendo em vista a futura eleição de Alberto Maranhão para o Governo do Estado, Pedro Velho mandou que Ferreira Chaves reunisse o Congresso Legislativo Estadual para reformar a Constituição do Rio Grande do Norte, promulgada em 07 de abril de 1892.

Aquela constituição, no artigo 28, item 3º, § 4º, determinava que uma das condições essenciais para um cidadão ser eleito governador ou vice era ser maior de trinta e cinco anos. Modificou-se esse item da constituição, alterando-se para vinte e cinco anos de idade, o limite mínimo para tornar qualquer cidadão elegível ao cargo de governador do estado.

<sup>11</sup> Ibid., p.187.

<sup>12</sup> Alberto Frederico Maranhão, nasceu em Macaíba no ano de 1872. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em dezembro de 1892. Governou o Rio Grande do Norte de 1900-1904 e 1908-1913.

A manobra permitiu que Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho, pudesse ser eleito governador do Estado em 14 de junho de 1899, contando com apenas vinte e seis anos de idade.

Dessa forma, Pedro Velho marcou o início da consolidação da oligarquia Albuquerque Maranhão no estado, pois ao final do seu governo sua família já ocupava os melhores cargos públicos no Rio Grande do Norte. Referindo-se a ela, Almir Bueno sintetiza:

*“ao assumir o governo do Rio Grande do Norte, no final de fevereiro de 1892, procurou consolidar os mecanismos que lhe dessem e a sua família, o domínio total sobre o Partido Republicano do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, sobre o estado [...] inaugurando a oligarquização republicana no Rio Grande do Norte, aplainando o terreno para a futura consolidação da “política dos governadores” implantada por Campos Sales.”<sup>13</sup>*

## 1.2. A administração da cidade e o plano da *Cidade Nova*

Na primeira administração de Alberto Maranhão (1900-1904) percebemos uma intensificação dos melhoramentos no espaço da cidade, com a construção e reconstrução de edifícios públicos, além da contratação de profissionais e especialistas para assessorar a construção civil no estado.

O governo de Alberto Maranhão foi caracterizado pela imposição das primeiras normas higiênicas à vida da cidade, tendo como uma de suas medidas iniciais o afastamento dos equipamentos considerados insalubres, (matadouros, aterramento, cemitérios), situando-os em lugares periféricos, de preferência bem distantes da cidade., pois a *“infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente.”<sup>14</sup>*

Partidário da teoria dos miasmas, que atribuía ao ar, a água suja, aos dejetos, ao lixo e aos vapores emanados, a proliferação de doenças, o governador adotou essa política visando proteger a cidade das epidemias tão comuns na época.

<sup>13</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte*, p. 197.

<sup>14</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, p. 64.

necessário uma política de sanitização nas cidades. *“Dentre as medidas tomadas uma delas era a construção de cemitérios afastadas das igrejas e de preferência longe das cidades, visto que a decomposição dos cadáveres produziam gases que poluíam o ar e contaminavam os vivos, causando assim doenças e epidemias.”*<sup>15</sup>

Dessa forma percebemos como Natal estava sintonizada com as discussões, a cerca das ações com base na teoria dos miasmas, nas principais capitais brasileiras e da Europa.

Podemos destacar como a principal realização desta administração, a elaboração de uma proposta de expansão para a cidade, criando, através da Resolução de número 55 de 30 de dezembro de 1901, o terceiro bairro oficial da cidade, denominado Cidade Nova. Até então Natal possuía apenas dois bairros, a Cidade Alta (núcleo habitacional originário) e a Ribeira (centro comercial e portuário).

O plano da Cidade Nova foi esboçado dentro dos princípios higienistas, presentes em correntes de pensamento originários da Europa no século XVIII. Esses princípios, que consistiam em teses que defendiam a existência de ruas mais largas, separação de construções urbanas, manutenção de áreas verdes, etc, visando a manutenção da purificação do ar, foram aplicados ao espaço físico do novo bairro, que ficaria assim, destituído dos condicionantes naturais que ~~compunham as causas~~ <sup>consistiam nas</sup> de inúmeras epidemias, que acometiam as cidades.

Tais princípios firmaram-se como paradigma das intervenções de (re)estruturação das cidades, representando em Natal, a primeira intervenção sistematizada em seu espaço urbano. O bairro da Cidade Nova compreenderia, inicialmente:

*“quatro avenidas paralelas, denominadas Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes e Campos Sales, em homenagem a todos os presidentes de republicanos até aquele momento. Essas avenidas seriam cortadas por seis ruas com os nomes dos principais rios do Rio Grande do Norte: Seridó, Potengi, Trairy, Mipibu, Mossoró e Assu. Criavam-se ainda duas praças, denominadas Pedro Velho e Municipal, e Avenida Alberto Maranhão, em homenagem ao governador em exercício.”*<sup>16</sup>

<sup>15</sup> CANUTO, Jeane Fialho. *O cemitério do Alecrim: uma análise das representações da morte em Natal*, p.14.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva. *De cidade a cidade*, p. 61.

## PLANO POLIDRELLI

A ampliação do projeto inicial do desenho do plano da Cidade Nova, foi feita em 1904 por Antônio Polidrelli, técnico agrimensor italiano e funcionário da Intendência Municipal do Natal. A idéia de realizá-lo circulava entre a elite dirigente desde os últimos anos do século XIX. E finalmente retomado em 1908, durante o segundo governo de Alberto Maranhão, abrindo avenidas e criando o bairro de Petrópolis e Tirol.

Seu projeto levava em consideração a problemática da insalubridade, da ventilação e da iluminação, garantidas pela exigência do afastamento entre as edificações, discurso em sintonia com as regras higienista e salubridade da época.

O plano da Cidade Nova, segundo Giovana Paiva, “além de propor a expansão da cidade [...] poderia ser caracterizado como o promotor da modernização, alargava o limite urbano da cidade e estabelecia as bases para uma ocupação mais ordenada no futuro”<sup>17</sup>

De acordo com Pedro de Lima, a implementação do Plano da Cidade Nova implicou na “expropriação de diversos posseiros, constituindo-se no primeiro espaço destinado exclusivamente à burguesia natalense.”<sup>18</sup> A implantação do novo bairro deveu-se a iniciativas pessoais do governador Alberto Maranhão, conforme podemos perceber em carta endereçada a Câmara Cascudo em 1946, contando do nascimento do bairro:

*“Petrópolis e Tirol nasceram assim: a bela colina denomina o Monte tinha na ponta do norte uma casinha de porta e janela e fazia parte da propriedade Sítio do Jacob. (...) Considerando a beleza da colina, lembrei-me criar o novo bairro e o fiz pensando na Petrópolis fluminense, dos veranistas do Rio, a cidade dos diários, e no nome de Pedro Velho, que antes de mim, já havia aconselhado ao seu amigo Joaquim Manuel Teixeira de Moura, presidente da Intendência, como se chamava então o prefeito, desbravando a atual Cidade Nova. (...) A denominação de Tirol ao bairro, foi uma simples fantasia sem justificação real. Uma lembrança da província austríaca, qualquer coisa de reminiscência recalcada de leituras literárias, e nada mais.”<sup>19</sup>*

Na verdade, o plano da Cidade Nova, se constituía como uma negação à antiga e enferma cidade colonial, assim consideradas pelas autoridades administrativas, pois contava com avenidas largas, favorecendo a penetração e circulação do ar, fatores

<sup>17</sup> Ibid., p. 62.

<sup>18</sup> LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*, p. 28.

<sup>19</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*, p. 352.

necessários para a limpeza natural da cidade. Segundo Pedro de Lima, a Cidade Nova poderia ser assim caracterizada:

*“constituiu em uma dupla solução para o desejo de auto-segregação das classes dominantes locais. Por um lado, o Plano Polidrelli superaria o antigo desenho irregular originário da cidade colonial, onde as classes sociais conviviam, praticamente, no mesmo espaço ou guardando uma certa contiguidade e por outro lado serviria como um refúgio, onde as classes dominantes poderiam se proteger do contato com as péssimas condições ambientais e das epidemias que, então, grassavam pela cidade.”<sup>20</sup>*

Coube a essa elite local, que detinha tanto o poder político quanto o administrativo, remodelar e embelezar a capital do estado, estruturando-a com equipamentos e signos que caracterizassem com a idéia de progresso e que esta cidade se identificasse com outros centros urbanos mais modernos e civilizados, espelhando-se na Capital Federal, o Rio de Janeiro.

Todas as medidas tomadas, por parte dessa elite, para dotar a cidade com ícones da modernidade, era uma forma de arrancar do seu imaginário a imagem de cidade antiga, colonial, com ranço escravista e insalubre, a qual representava um risco de contágio e vergonha para a mesma.

Urgia civilizar, isto é, implementar um modelo de aperfeiçoamento moral e material, acompanhar os modismos, que se faziam sentir nos hábitos e comportamentos da sociedade da época, é o que afirmam autores, ao analisarem o processo de enaltecimento dos hábitos e produtos europeus:

*“o francesismo, que já era chique nos tempos da Monarquia, continua a imperar na República. A influência francesa se fez sentir na literatura, na educação, na moda e nas diversões. Os trajes, especialmente as camisas para homens, os perfumes como o L'Origan chegavam da França assim como os chapéus, a coqueluche do momento.”<sup>21</sup>*

Acompanhar o progresso significava apenas uma coisa: alinhar-se aos padrões e ao ritmo de desdobramento da economia européia. A imagem de progresso, – “versão

<sup>20</sup> LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*, p. 35.

<sup>21</sup> COSTA, Angela Marques, SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Virando séculos (1890-1914)*, p. 69.



*prática do conceito homólogo de civilização – se transformou na obsessão coletiva da nova burguesia.*”<sup>22</sup>

O costume freqüentes de viagens a importantes centros urbanos do Brasil, ou ainda à Europa, desse membros integrantes da elite local, particularmente falando de Alberto Maranhão, proporcionou a essa grupo o gosto europeu, causando, dessa forma, uma repercussão significativa em sua vida privada e social, e ainda em sua administração, ao que diz respeito a organização do espaço urbano. Alberto Maranhão inicia a construção de uma cidade correspondente ao padrão das nações civilizadas e exibindo uma personalidade distinta, evidenciando uma inspiração franco-inglesa.

<sup>22</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*, p. 29.

## 2. A ERA DAS REFORMAS URBANAS

No Brasil, as primeiras intervenções públicas no espaço urbano se deram através de programas que visavam o combate das epidemias. Os médicos sobressaem-se como os idealizadores dessas propostas, preconizando a relação entre saúde pública e estruturação urbana e afirmando as influências dos preceitos higienistas e da teoria dos miasmas, que era uma explicação científica vigente até o final do século XIX.

Segundo essa teoria os miasmas eram emanções fétidas do solo, agindo como causa de algumas doenças epidêmicas. Foram eles, os médicos, que *“produziram o arcabouço ideológico básico às reformas urbanas realizadas em várias cidades ocidentais na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.”*<sup>23</sup>

Essas intervenções caracterizavam-se pelas tentativas de adoção do padrão urbanístico europeu, principalmente o parisiense. A exemplo de muitas cidades européias, Paris havia crescido perigosamente com a explosão populacional, sofrendo as conseqüências da industrialização, provocando um intenso clamor por reformas.

As reformas implementadas em Paris, no período em que Luís Napoleão se tornou imperador, sob a direção do prefeito Georges-Eugène Haussmann, deu início à construção da Paris moderna, baseada em programas integrados de demolição e construção, levados a cabo entre 1853 e 1870. Haussmann, conforme afirma NEEDELL, *“adotou uma estratégia não apenas contra-revolucionária mas também reformista ao eliminar ou renovar potenciais centros de revoltas.”*<sup>24</sup>

Três realizações se destacam nas reformas implementadas em Paris. Primeiro: as antigas ruas estreitas, congestionadas e mal articuladas foram adaptadas ou substituídas por sistemas de circulação precisos e bem orquestrados. Segundo: as novas vias das grandes obras destruíram ou desmembraram muitos bairros tradicionais da classe operária superpovoados e insalubres. Terceiro: embelezou a cidade, ressaltando a paisagem parisiense: grandes perspectivas, focalizadas em grandes monumentos ou edifícios erigidos no extremo dos bulevares, de modo que *“cada passeio conduzisse a um clímax dramático.”*<sup>25</sup>

<sup>23</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*, p. 65.

<sup>24</sup> NEEDELL, J. D. *Belle Époque Tropical*, p. 51.

<sup>25</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, p. 147.

Essa regra foi importada e imposta à cidade do Natal para ser introjetada e assimilada pela sociedade. Era necessário acompanhar a tendência de modernização que vinha se manifestando em capitais europeias e em outras capitais de outros estados brasileiros, e sobretudo no Rio de Janeiro, a Capital Federal.

## 2.1. O Capital estrangeiro e a modernidade

A chamada 2ª Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Científico-Tecnológica, ocorrida sobretudo na década de 1870, projetou a Inglaterra como grande potência mundial. Essa revolução levou à aplicação das recentes descobertas científicas aos processos produtivos.

Porém, sua população era demasiado pequena para manter uma máquina industrial e comercial, além de que, a maior parte dessa população era excessivamente pobre para ~~prover~~ <sup>crediteira</sup> um mercado interno intenso para quaisquer produtos que não fossem de primeira necessidade. <sup>aqueles</sup>

Dessa forma, conforme afirma Eric Hobsbawm, “a economia britânica criou um padrão característico de relações internacionais. Dependia em alto grau do comércio exterior, ou seja pela troca de suas manufaturas e outros bens e serviços de uma economia desenvolvida por produtos primários estrangeiros.”<sup>26</sup>

O final do século XIX, conhecido como a “era da ciência”, marca o início da modernidade. Velocidade, rapidez e progresso eram os lemas desse período. Era o momento das realizações, os novos avanços técnicos traziam confiança de um domínio absoluto sobre a natureza e os homens. Foi um tempo que apostou em verdades absolutas, em modelos que distinguiam o bem do mal.

Não é a toa que, na opinião do historiador Eric Hobsbawm, o século XIX tenha sido tão longo. Falar de finais do século XIX significa, para ele, lembrar uma sociedade confiante em suas aquisições e marcada por uma atmosfera de fausto e luxo. Dessa forma é compreensível que “os grandes símbolos desse momento sejam a luz e a velocidade, o progresso e a civilização.”<sup>27</sup>

<sup>26</sup> HOSBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, p. 125.

<sup>27</sup> COSTA, Angela Marques, SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Virando séculos*, p. 15.

Em meio a esse ambiente conturbado, a civilização e modernidade convertiam-se em palavras de ordem, viravam instrumentos de batalha. Nessa perspectiva, o projeto modernizador dirigido às cidades brasileiras esteve vinculado às potências capitalistas centrais, como Inglaterra e França sobretudo, as quais se lançaram à conquista de novas fontes de matérias-primas e novos mercados para seus produtos e capitais.

O aparelhamento dessas cidades era uma resposta aos novos fluxos de matérias-primas e produtos industrializados requeridos pela acumulação do capital em escala mundial. Essa relação pode ser sintetizada desse modo:

*“A ampliação do mercado internacional e as ofensivas do imperialismo tiveram como um de seus pressupostos básicos a modernização de economias periféricas como a brasileira, que foram aparelhadas para responderem aos novos fluxos de matérias-primas e produtos industrializados requeridos pela acumulação do capital em escala mundial.”<sup>28</sup>*

O caráter expansionista capitalista consolida-se no século XIX, desconhecendo fronteiras, <sup>Sigee do</sup> como mostra SEVCENKO; *“a raiz dessa dinâmica expansionista pode ser vinculada à Revolução Industrial de meados do século, esse surto inaugural da economia industrializada que se baseou em três elementos básicos: o ferro, o carvão e as máquinas a vapor.”<sup>29</sup>*

A ampliação do mercado internacional e as ofensivas do imperialismo, influenciaram decisivamente os rumos da economia e sociedade brasileira, em particular no que concerne à zona produtora de café do Vale do Paraíba e seu empório, a cidade do Rio de Janeiro, a Capital Federal.

Discorrendo sobre a expansão do capital estrangeiro no Brasil, compreendida entre o final do século XIX e o início do século XX, Richard Graham afirma:

*“Foram os ingleses, principalmente, que contribuíram para o desenvolvimento industrial no Brasil, pois, foram eles, que primeiramente construíram a maior parte do sistema de transporte, do qual a indústria dependia. Segunda maior parte da maquinaria industrial brasileira era de fabricação britânica. Em terceiro lugar estavam os técnicos britânicos que instalaram os equipamentos e*

<sup>28</sup> BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um haussmann tropical*, p. 41.

<sup>29</sup> SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada 3. República: da belle époque à era do rádio*, p.13.

*ensinavam como trabalhar com eles e finalmente estavam os investimentos diretos que os ingleses faziam nas fábricas e indústrias.*<sup>30</sup>

## 2.2. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro

As reformas urbanas no Rio de Janeiro expulsariam grande parte da pobreza e da miséria, numa operação que ficou conhecida como “regeneração”, correspondendo ao surto que ocorria em outras partes do mundo, dando as suas elites a sensação de que o país estava a caminho do progresso e da civilização.

A idéia de progresso está diretamente relacionada ao avanço tecnológico decorrente do processo iniciado com a Revolução Industrial, no século anterior,<sup>? Fiscal do Xoull</sup> propiciando uma série de avanços em diversos setores da vida humana. Esse avanço tecnológico é marcado profundamente pela rapidez/com que são processadas as informações, pela velocidade da troca de mercadorias, pela industrialização da produção, pelas grandes descobertas nas ciência e pelos sistemas de comunicação dinâmicos. / u. p. 19

Esses avanços à medida em que proporcionaram comodidade para a população, também, trouxeram consigo alguns problemas para a vida urbana como <sup>o</sup> mudança em seu ritmo, <sup>o que causou</sup> descomunal aumento populacional, ~~com isso~~ causando sérios problemas de habitação, emprego, saneamento básico e epidemias, constituindo, portanto, os fatores que justificavam as primeiras intervenções nas cidades.

Marshall Berman, ao analisar o tipo e a dialética da modernização e da modernidade no século XIX e XX, observou que:

*“a experiência moderna estava diretamente ligada a uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais, telégrafos, telefones, ou seja a modernidade é constituída por suas máquinas, das quais os homens e mulheres modernos não passam de reproduções mecânicas.”*<sup>31</sup>

Nesse período, o autoritarismo era muito presente nas ações do poder público, o que era justificado pela normalização dos higienistas, <sup>as</sup> ~~as~~ quais pressupunha uma intervenção que regulava até temas referentes ao corpo, ao sexo, à vida íntima do casal, à saúde e higiene individuais e coletivos.

<sup>30</sup> GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, p. 31.

<sup>31</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, p. 18 e 28.

A cidade do Rio de Janeiro inicia o século XX com perspectivas promissoras, valendo-se de sua posição privilegiada na intermediação dos recursos da economia cafeeira e de sua condição de centro político do país: *“a sociedade carioca viu acumular no seu interior vastos recursos enraizados principalmente no comércio e nas finanças, mas derivando já também para as aplicações industriais.”*<sup>32</sup>

O Rio de Janeiro, principal porto de exportação e importação do país e o terceiro em importância do continente americano, depois de Nova York e Buenos Aires, no início do período republicano, passa por transformações em sua estrutura sócio-econômica e também espacial. A demolição da cidade velha, atrasada e insalubre, era necessária para o projeto de nova cidade símbolo da civilidade e do progresso. Essa forma de civilidade, conceito que acompanhava o progresso, segundo a análise de CHALHOUB, implicava:

*“na despolitização da realidade histórica, a legitimização apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no caminho da civilização.”*<sup>33</sup>

É nessa conjuntura de transformações na estrutura da cidade, que a ciência, a técnica e a organização do trabalho passam a ser vistas como bases do progresso, dessa forma a solução para os problemas de insalubridade.

Assistiam-se a inúmeras transformações do espaço público, com intuito de fazer da cidade uma vitrine para atrair os interesses estrangeiros. Foi concebido um plano urbanístico em três direções: a modernização do porto, o saneamento da cidade, sob responsabilidade do médico sanitário Oswaldo Cruz, e a reforma urbana a cargo do engenheiro Pereira Passos, que havia conhecido a obra de Paris, impressionando-se com o alargamento das ruas e praças e a pavimentação das vias principais.

Experimentava-se um grande crescimento demográfico, introduziam-se inovações tecnológicas, inauguravam-se novos serviços de infra-estrutura como a distribuição de água, rede de esgotos, iluminação pública e transporte público, introduziram-se e disseminavam-se hábitos e comportamentos cosmopolitas, modificando a relação dos indivíduos com o espaço público, como afirma Sevcenko:

<sup>32</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, p. 27.

<sup>33</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*, p. 35.

*“Em pouco tempo e com a ajuda dos jornalistas e dos correspondentes em Paris, a burguesia carioca se adapta ao seu novo equipamento urbano, abandonando as varandas e os salões coloniais para expandir a sua sociabilidade pelas novas avenidas, praças, palácios e jardins.”<sup>34</sup>*

A Regeneração se completou no fim de 1904. Seu marco central, segundo Sevcenko foi:

*“a inauguração da Avenida Central eixo do novo projeto urbanístico da cidade, contemplada com um concurso de fachadas que a cercou de um décor arquitetônico art nouveau, em mármore e cristal, combinando com os elegantes lampiões da moderna iluminação elétrica e as luzes das vitrines das lojas de artigos finos importados”<sup>35</sup>*

### 2.3. As reformas urbanas em Salvador e no Recife no início do século XX.

As pressões demográficas ocasionadas pelas secas e migrações do agreste e do sertão, provocaram nas principais cidades nordestinas, Salvador e Recife, problemas administrativos para os governos, pois as cidades, com grande número de habitantes, precisavam de um rígido controle do espaço urbano, incluindo limpeza e higiene, educação, moradia e saúde.

Era de extrema importância que se livrassem as capitais das precárias condições higiênicas a que estavam submetidas, pois, elas, espantavam a possibilidade de incremento das atividades industriais, afetando também o papel desempenhado por Salvador e Recife de intermediários portuários <sup>na</sup> de suas respectivas áreas de abrangência no nordeste.

As elites dirigentes, que se alternavam no poder, procuraram, ao longo das primeiras décadas do século passado, aparelhar as cidades segundo os modelos europeus e cariocas, lutando para evitar a perda de projeção nacional.

Com bairros populosos, construídos desde os séculos XVIII e XIX, Salvador apresentava os mesmos problemas sanitários que o Rio de Janeiro. As demolições foram novamente a solução adotada pelo aparelho estatal para livrar a cidade do aspecto colonial que os dirigentes queriam a todo custo abolir.

<sup>34</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, p. 37.

<sup>35</sup> Id., (org.). *Historia da vida privada no Brasil 3: da belle époque à era do rádio*, p. 26.

As primeiras reformas em Salvador concentraram-se entre 1906 e 1910, priorizando a Cidade Baixa. Inicialmente as primeiras intervenções concentraram-se:

*“na ampliação do cais e na abertura da avenida Jequitaia, para facilitar o acesso a Penha e Mares. Houve também várias demolições de casario nos distritos de Pilar e Conceição da Praia, visando ao combate das epidemias que se dispersavam pela cidade a partir da área portuária, portuada de habitações populares”<sup>36</sup>*

A partir de 1912, foi elaborado um programa de alargamento viário, comandada por J. J. Seabra, ministro do Interior e da Justiça no governo de Rodrigues Alves, que culminou com a abertura da avenida Sete de setembro, novo bulevar, que assegurava o rápido deslocamento das pessoas que residiam nos bairros elitistas, para o centro da cidade.

Foi o momento, também, da modernização arquitetônica das novas vias públicas de Salvador, promovida pela demolição de igrejas coloniais como a Ajuda, São Pedro das Mercês, reconstruídas todas na linguagem dos movimentos historicistas europeus.

Alguns vales próximos aos distritos da Vitória, passariam também a abrigar aqueles que não podiam construir suas moradias, nos caros terrenos localizados nos cumes dos bairros litorâneos. Inverte-se aqui a geografia do habitat carioca: os ricos e médios nos morros, e a pobreza no fundo dos vales.

O aumento populacional que assolava a cidade do Recife, no final do século XIX, não se fez acompanhar por melhoramentos sanitários. Diante desse quadro, na primeira década do século seguinte, as autoridades deslocaram esforços no sentido de dotar a cidade com equipamentos modernos tais como abastecimento de água, estradas-de-ferro, serviço de telégrafo, serviços de bonde de tração animal, financiados pelo capital estrangeiro, sobretudo o inglês.

A passagem do século XIX para o século XX, pode ser caracterizada pela *“insalubridade e mortalidade urbana, tendo-se iniciado pelo impacto do caso de envenenamento da população por efeito de chumbo das águas distribuídas pelo canos da Companhia de Beberibe.”<sup>37</sup>*

<sup>36</sup> MARINS, Paulo César Garcez. In SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada 3. República: da belle époque à era do rádio*, p. 167-168.

<sup>37</sup> ARRAIS, Raimundo P. Alencar. *Recife, culturas e confrontos*, p. 45-46.



Perante este quadro de insalubridade e epidemias, a cidade não se identificava com a imagem de cidade sã e civilizada. Era preciso elaborar um plano para sanear a cidade, e, para tanto, no ano de 1910 as autoridades públicas, a convite do Conselheiro Rosa e Silva, senador da República, contrataram o engenheiro Saturnino de Brito para realizar o saneamento da capital pernambucana .

O plano de saneamento de 1909-1910, associou-se ao programa de demolições do bairro do Recife, novamente adotado para resolver o problema do aspecto de cidade colonial e imperial, como em outros centro urbanos .

As intervenções ocorridas no Recife, entre 1910-1913, foram fragmentadas e concentradas nas áreas centrais, o que acabou por alimentar a expansão desenfreada em direção aos arrabaldes periféricos, assim como ocorria em Salvador, no Rio de Janeiro e mesmo na nova capital mineira.

A partir da segunda década do mesmo século, Recife passaria por intervenções que mudariam visivelmente o seu espaço urbano, através de aberturas de avenidas e melhoramentos no porto. Assim nascia uma nova cidade:

*“uma reforma urbana de grande vulto, em que se demoliu porção significativa de suas edificações para a abertura de duas avenidas que nasciam do porto e se dirigiam para o Bairro de Santo Antônio. Ao longo das duas avenidas principais, a arquitetura do Bairro ganhou o contorno eclético que convinha a um cartão postal moderno, revelando o esforço das elites em se associar aos mercados e aos novos valores regidos pela Europa.”<sup>38</sup>*

#### 2.4. As reformas urbanas em Manaus

Na última década do século XIX, a cidade de Manaus, sob muitos aspectos, ainda deixava a desejar para suas elites urbanas, principalmente no que diz respeito ao planejamento e ordenamento urbano.

Na era dos engenheiros, onde a borracha tornava palpável o progresso, Manaus se modernizou. Consagraram-se as fachadas que expressavam a incorporação de novas técnicas, dos princípios higienistas e das normas estéticas. Novos materiais de construção chegavam de Portugal, da Itália e da França, de onde vinham também muitos dos profissionais que cuidaram de executar as alterações de estilo.

<sup>38</sup> Ibid., p. 46.

Entre 1892 e 1896, durante a administração do jovem maranhense Eduardo Ribeiro, Manaus foi transformada. Foram introduzidos mecanismos legais que visavam a promover um melhor controle do espaço urbano e a nortear a ocupação de novas áreas, garantindo assim os rumos da expansão urbana. Os novos bairros previstos eram inteiramente distintos da implantação anterior, pautada numa ligação com o rio.

O novo modelo urbanístico adotado era baseado num traçado *“em forma de tabuleiro de xadrez, e as obras, a partir daí, fizeram com que colinas fossem aplainadas, os igarapés, aterrados, e as ruas avançassem em direção à mata. O eixo principal, inicialmente denominado Avenida do Palácio.”*<sup>39</sup>

A Manaus modernizada atendia particularmente aos interesses da burguesia e da elite “tradicional”, vinculada às atividades administrativas e burocráticas. Foram implantados vários serviços urbanos: redes de esgotos, iluminação elétrica, pavimentação das ruas, circulação de bondes e o sistema de telégrafo subfluvial, que garantia a comunicação da capital com os principais centros mundiais de negociação da borracha.

A cidade conquistada enunciava a efetiva viabilidade de civilização em tão remota paragem: homens “civilizados” vivendo numa cidade subtraída à selva circundante, embelezada e favorecida pelas benesses do consumo e da engenharia urbana desenvolvida por europeus e norte-americanos. A intervenção urbana promoveu, aos olhos dos que ali viviam, a superação de um atraso histórico.

Graças à homogeneidade no estilo, nas funções ou nos usos que tiveram os novos espaços, adveio uma representação de ampla e inequívoca aceitação para os amazonenses sobre a Manaus antiga. Este é o cenário urbano da Belle Époque amazônica, por vezes denominada de Manaus moderna.

<sup>39</sup> DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*, p. 37.

### 3. A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DO NATAL E AS OBRAS PÚBLICAS

#### 3.1. A inserção do Rio Grande do Norte no capitalismo mundial

A inserção do Rio Grande do Norte, durante a segunda metade do século XIX, <sup>no mercado mundial</sup> na economia internacional, se deu principalmente através da exportação do algodão. Tal incremento foi beneficiado pela Guerra da Secessão entre 1861 e 1865 nos Estados Unidos da América, quando a Inglaterra passou a comercializar diretamente com as regiões produtora de algodão, localizadas no nordeste brasileiro. Como afirma Denise Monteiro:

*“no nordeste do Brasil, os algodoads se espalhavam rapidamente por diferentes províncias, permitindo um segundo grande surto exportador de algodão pelo país e consolidando essa lavoura como atividade típica dessa região, particularmente no Rio Grande do Norte.”<sup>40</sup>*

A partir de 1850 e 1860, o comércio da província apresenta uma certa dinamização e surgem as primeiras casas comerciais de importação e exportação. <sup>ou</sup> Ganhando destaque a figura de Fabrício Gomes Pedrosa, avô de Pedro Velho, fundador da Casa Comercial do Guarapes, que, na fase do surto exportador do algodão em 1860, foi responsável pela vinda de embarcações estrangeiras, principalmente inglesas, que atracavam diretamente no porto fluvial de Guarapes, atraindo um grande desenvolvimento para a cidade de Macaíba.

Macaíba estava localizada em uma posição geográfica privilegiada, que lhe dava “*vantagens comercial dentro da província. Ela funcionava como entreposto comercial entre o sertão de onde vinha a produção de algodão, e os vales produtores de açúcar localizados em Ceará-mirim, São José de Mipibu, Papari e a capital.*”<sup>41</sup>

No final do século XIX, as exportações de algodão sofrem baixa acentuada em decorrência do fim da Guerra de Secessão nos Estado Unidos. Dessa forma a solução encontrada para resolver o problema foi o direcionamento de sua comercialização para o mercado interno, principalmente do sul do país.

<sup>40</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, p. 129-130.

<sup>41</sup> SILVA, José Edson. *A casa Comercial de Guarapes (1859-1872) ascensão e declínio*, p. 28.

Nesse contexto de expansão da cotonicultura, “o Rio Grande do Norte consolidou-se como grande produtor algodoeiro, abastecendo as fábricas têxteis do sudoeste do Brasil.”<sup>42</sup> ?

Assim o Rio Grande do Norte consolida-se nesse setor agrícola e passa a viver de sua própria exportação. O algodão ganhava para a lavoura de açúcar e continuava em alta, como mostra o quadro abaixo: ?

#### QUADRO 01- Exportações de algodão no Rio Grande do Norte

ANOS	QUILOS	RECEITA
1914	5.381.266	3.286.404\$665
1915	5.460.624	4.318.663\$900
1916	4.350.489	8.220.716\$610
1917	8.674.848	20.131.260\$897
1918	9.137.714	29.897.298\$100

- queda auge em 1914 ! ?

Fonte: CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 338.

Com uma economia agrária voltada para a exportação de produtos primários, não é de se admirar que o desenvolvimento de indústrias, no estado, foi quase nulo. De fato, “no período de 1889 a 1930, uma única fábrica existiu no estado: a Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal.”<sup>43</sup> ~~Tecido Sudo~~

Apesar do desenvolvimento alcançado pelo estado na segunda metade do século XIX e início do século XX, o comércio da província era prejudicado em virtude das condições do porto de Natal. A inexistência de uma infra-estrutura portuária adequada ao atendimento de um maior fluxo de produtos canalizados para o mercado externo constituía um dos fatores para manter a estagnação das exportações, inibindo, dessa forma, a ação empresarial do Estado.

Natal, até metade do século XX, ocupava uma posição secundária na estrutura administrativa e econômica do estado, vez que os produtos oriundos do interior, eram escoados para o mercado brasileiro e mundial através de cidades portuárias vizinhas,

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Maria Patrícia Costa. *O porto de Natal e sua influência na urbanização do bairros da Cidade Alta e Ribeira (1808-1920)*, p. 18.

<sup>43</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, p. 183.

situadas sobretudo no Ceará e Pernambuco, devido as dificuldades naturais existentes na “entrada da baixinha”, que o porto de Natal apresentava. Sobre isso afirmou Denise Monteiro:

*“o porto de Natal, implicava um alto custo dos fretes e das taxas de seguro, impediam que os vapores transatlânticos, oriundos da Europa e dos Estados Unidos da América, efetivassem o intercâmbio comercial com a cidade. Esse fato, aliado à tradicional importância do porto de Recife para o comércio marítimo regional, configurou esse porto como um efetivo entreposto comercial em relação a Natal.”<sup>44</sup>*

### 3.2. Modernidade e as obras públicas

Foi a partir dessa constatação que o comércio local passou a reivindicar obras de melhoramentos do porto de Natal, bem como a destruição da “pedra da baixinha”, que possibilitaria o acesso a barra do rio Potengi aos vapores de maior porte, de forma que o comércio natalense poderia importar diretamente da Europa.

Foi nesse cenário no início do século XX, que os melhoramentos ocorridos na cidade do Natal tomaram impulso. Alberto Maranhão, principalmente em sua segunda administração (1908-1913), foi o principal introdutor do modelo ideológico, arquitetônico e cultural europeus em nossa cidade. Esse novo modelo procurava, o mesmo ideal que era perseguido em outras cidades brasileiras ou seja, *“mudar a aparência das cidades, cuja trilogia é formada por higiene, circulação e embelezamento”*<sup>45</sup>

A segunda administração de Alberto Maranhão, foi considerada como a mais significativa da Primeira República, no que diz respeito à política urbanística, pois voltou-se essencialmente para as mudanças que vinham sendo implementadas na cidade do Natal, priorizando, dentre outros, a modificação de seu espaço físico, através da construção de edifícios públicos, a inserção de várias inovações técnicas no meio urbano, como a energia e bondes elétricos, o telefone, o forno de incineração e a substituição de todo o encanamento antigo de água de Natal, dentre outros.

A primeira grande intervenção do governo do estado ocorreu em 1908, numa ação sistemática destinada a resolver o problema da entrada da barra do rio e do acesso aos cais. Essa ação foi logo interrompida e somente em 1912 os serviços foram retomados com outra grande intervenção que abrangeu, além da drenagem da “baixinha” e do banco de

<sup>44</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte* (1880-1915), p. 85.

<sup>45</sup> PINHEIRO, Eloísa Petti. As influências na reforma urbana de Salvador a princípios do século XX. In BATISTA, Maria Rossetti, GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Cidades brasileiras*, p. 115.

areia das “velhas”, a drenagem total da entrada do canal da barra, que significaram, segundo Giovana Paiva *“a solução definitiva para o problema do porto e a abertura da cidade ao comércio.”*<sup>46</sup>

Analisando os melhoramentos no porto de Natal, Giovana Paiva afirma que:

*“... a modernização das instalações do cais, era imprescindível para a elite dominante local que se habituara a um padrão bastante elevado de consumo e de uso de materiais ornamentais, e para a administração pública que utilizava nas suas ações de embelezamento, recursos técnicos e elementos decorativos não disponíveis nas regiões próximas.”*<sup>47</sup>

Em 1908, através da Lei n.º 249, ~~que~~ Alberto Maranhão iniciou a reforma da instrução pública no estado, que prometia estabelecer pelo menos um grupo escolar na sede de cada comarca, em prédios do Estado ou do Município. Em nota no Jornal a República, de 02 de outubro de 1911, Henrique Castriçano, Procurador Geral do Estado, discorre sobre a reformulação do ensino, proposta pelo chefe do estado.

*“...a nossa capital, que é o ponto para onde se convergem as vistas das populações do interior precisava da remodelação por que vem passando de certo tempo a esta parte, em benefício da sua hygiene e como expoente da nossa cultura. [...] com uma reforma no sentido de tornar pratico o ensino, creando secções tecnicas, o nosso estabelecimento normal poderia prestar reaes serviços, sob a direcção de pedagogos profissionaes. Esse foi o sentido do S. Ex. ao tratar da remodelação do ensino, idéia que no momento não se tornou realidade devido á exiguidade das finanças estaduaes.”*<sup>48</sup>

O trecho acima sugere a forte influência que o modelo tecnicista europeu exerceu sobre a reforma escolar, proposta por Alberto Maranhão para o Estado do Rio Grande do Norte. O caráter da reforma pretendida demonstra a intenção de se copiar no estado, sobretudo na capital, um modelo idêntico a de centros urbanos ditos civilizados, como o carioca e o europeu.

Em 31 de março de 1908 através do *“Decreto de n.º. 176 o governador Alberto Maranhão instituiu a Escola de Música, que se destinada a ensinar música, história, estética, literatura musical e belas artes; em 12 de maio de 1908, Alberto*

<sup>46</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva. *De cidade a cidade*, p. 81.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 81-82.

*Maranhão cria a escola Augusto Severo, no bairro da Ribeira que foi convertida em Escola Normal pelo Decreto n.º 198 de 10/05/1909; aos 21 de abril de 1913 criou o Grupo Escolar Frei Miguelinho, no bairro do Alecrim.*”<sup>49</sup>

Em 18 de novembro de 1909, sob a alegação da urgente necessidade de sanear a cidade e melhorar as condições de vida da sua população, o governador Alberto Maranhão, autorizado pelo Congresso Legislativo, mediante a Lei n.º 270, “*contraiu em Paris, com os banqueiros Perles Frères, Eugène Vasseur e o Banco Sindical Francês, um empréstimo no valor de 350.0000 libras esterlinas, equivalente a 5 mil contos de réis, amortizáveis em 37 anos.*”<sup>50</sup>

De posse desses recursos, o governador passou a fazer contratos com firmas locais, visando dinamizar a sua administração. Em 28 de abril de 1910 contratou a Empresa Valle Miranda & Domingos Barros (sendo o último, genro de Fabrício Maranhão, que era irmão do Governador) para executar várias obras em Natal, pelo valor de 900:000\$000 (novecentos contos de réis).

Em mensagem de 1911, reproduzida no jornal A República, o chefe de estado enumera as obras iniciadas nos seguintes termos:

*“...mandei com empréstimo externo construir as seguintes obras que julgo indispensáveis para podermos organizar a hygiene e a Assistencia Publicas[...] 1.º exgottos na cidade, com depuração biologica, aerogia e anaerobia das águas; 2.º abastecimento de água [...] 3.º substituição da actual linha de carris urbanos por outra de tracção electica [...] 4.º fornos de incineração par todo o lixo das casas e das ruas [...] 5.º fabrica de ceramica para fabricação de tijollos, telhas e outros artefatos [...] 6.º estabelecimento do balneario da praia limpa [...] 7º substituição da actual illuminação a acetyleno por illuminação electrica [...] 8.º rede de telephones.*”<sup>51</sup>

Todos esses empreendimentos, foram realizados com empréstimo de capital estrangeiro. O Estado deu como garantia a ~~renda oriunda~~ do imposto sobre exportação do sal e dos serviços urbanos efetuados em Natal. Vale salientar que o estado terminou de pagar este empréstimo somente em 1954.

No dia 29 de abril de 1910, o governo “*assinou contrato com a firma F. Solon & Cia., pertencente ao sócio-gerente de uma Fábrica de Tecidos de propriedade da irmã*

<sup>48</sup> A REPÚBLICA, p. 01, 02 out. 1911.

<sup>49</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 200-201.

<sup>50</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 237.

do governador, Sra. Ignês Barreto, no valor de 900:000\$000 (novecentos contos de réis). Tal quantia se destinava ao estabelecimento de uma Colônia e de um Campo de Demonstração Agrícola no vale do Rio Potengi.”<sup>52</sup>

O governador Alberto Maranhão, nesse mesmo período, assinou contrato com a Empresa de Melhoramentos do Natal, de propriedade da firma Vale Miranda & Domingos Barros, a qual ficou responsável pelos serviços de iluminação e bondes elétricos, abastecimento de água, construção de uma usina elétrica, rede telefônica, fábrica de gelo e de cerâmica, coleta de lixo, dentre outros.

No setor da saúde construiu o edifício do hospital Juvino Barreto, em 09 de setembro de 1909, hoje Hospital Onofre Lopes; edificou na capital os prédios do Asilo de Mendicidade Padre João Maria, o qual possibilitava o isolamento de tuberculosos tendo, ainda, mandado ampliar o antigo edifício do Lazareto da Piedade para ali instalar o Asilo de Alienados.

Em seu segundo governo Alberto Maranhão criou a Inspetoria e Obras contra as secas, sob o Decreto n.º 7619 de 21 de outubro de 1909, sendo tal iniciativa decisiva para abertura de estradas para o interior. Tais estradas eram prioridade do atual governo “em busca de progresso máximo.” Dizia ele: “de estradas é que precisamos.”<sup>53</sup>

Foi também durante o governo de Alberto Maranhão que surgiram as primeiras estradas de rodagem, construídas no Rio Grande do Norte.

Data igualmente dessa época a instalação da Companhia Ferro Carril do Natal S.A, responsável pelo bondes com tração animal, sediada na Rua Dr. Barata, esquina com a travessa Aureliano de Medeiros. Os bondes puxados a burro foram comprados em Belém do Pará. O primeiro trecho do tráfego foi inaugurado a 07 de setembro de 1908, e ia da Rua Dr. Barata até a Praça Padre João Maria.

No dia 02 de outubro de 1911, nas comemorações do aniversário natalício do governador, são inaugurados os serviços elétricos na capital, a fábrica de cerâmica, a oficina mecânica de reparação e o forno de incineração, sob a administração da Empresa de Melhoramentos do Natal, Valle Miranda & Barros, três dias antes do prazo estipulado no contrato.

<sup>51</sup> A REPÚBLICA, p. 02, 02 out., 1911.

<sup>52</sup> SOUZA, Itamar de. Idem, p. 238.

<sup>53</sup> MEIRA, Pires. *Alberto Maranhão e o seu tempo* (1872-1944), p. 17.



Segundo os Srs. Domingos & Barros, em nota ao jornal A República, “...a instalação de Natal pode servir de modelo no genero [...] suas machinas e aparelhos encerram os aperfeiçoamentos mais modernos consagrados pela experiência.”<sup>54</sup>

Outra novidade moderna foi a construção do Teatro Carlos Gomes, que teve inicio em 1898, no governo de Ferreira Chaves, sendo inaugurado em 1904, durante o primeiro governo de Alberto Maranhão, sendo responsável pelo projeto e realização dessa obra o engenheiro José de Berredo.

Em 1910, em seu segundo governo, Alberto Maranhão influenciado pela modernidade européia, sobretudo francesa, resolve reconstruir o teatro e, para tanto, contrata os serviços do arquiteto Herculano Ramos.

O teatro foi todo ele importado da Europa, dos portões fundidos artisticamente em Paris a escultura principal feita por Mathurin Moreau. Herculano Ramos entregou o teatro, a 16 de junho de 1912. “A Gran-Compañia Española de Zarzuela, Opera y Opereta Pablo López inaugurou o Carlos Gomes a 19 de julho de 1912, com a opereta “Princesa dos dólares, de Leo Fall.”<sup>55</sup>

Alberto Maranhão também cuidou dos meios de transporte via marítimos, No dia “25 de agosto de 1910, assinou um contrato com a firma J. Bastos e Cia., cujo objetivo era construir duas ferrovias que dessem suporte a navegação de cabotagem no litoral de nosso Estado, além de armazéns de alimentos e pontos de desembarque.”<sup>56</sup>

Para se ter uma idéia da grandiosidade das obras empreendidas pelo governador, no intuito de dotar a cidade com símbolos que representassem a modernidade, o progresso e a sua administração, observemos o balancete de obras públicas na capital, estampado no jornal A República do dia 30 de setembro de 1911.

#### QUADRO 02- Balancete de 1911 das obras públicas na capital

OBRA	CUSTO TOTAL
Calçamentos	95:605\$013
Hospital Juvino Barreto	87:551&052
Casa de Detenção	52:951&600

<sup>54</sup> A REPÚBLICA, p. 02, 02 out. 1911.

<sup>55</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 221.

<sup>56</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 49.

Arborização	1:207&000
Theatro Carlos Gomes	149:400&680
Avenida Tavares de Lyra	38:325&930
Escola Normal	65:310&200
Residencia do governador	56:164&410
Palácio do Governo	54:668&715
Jardins e Praças Publicas	36:708&588
Avenidas na Cidade Nova	28:993&272
Armazens do Almojarifado	15:060&620
Quartel do Batalhão de Segurança	29:652&829
Grupo escolar	5:273&092
Inspectoria de Higiene	9:300&023
Avenida Junqueira Ayres	4:300&000
Propaganda Centros Industriaes	8:000&000
Enfermarias e Isolamentos	17:260&550
Polygono Deodoro da Fonseca	21:107&846
Asilo de Mendicidade Pe. João Maria	52:227&510
Deposito de inflamaveis	25:131&125
AssistenciaPublica	828:&000
Atheneu Rio Grandense	1:583&000
Estação do Porto do Padre	9:327&670
Tribunal de Justiça	1:322&370
Wagonetes p/ os serviços de melhoramentos	9:310&900
Instrução publica.	626&500

Fonte: A República, p. 01, 30 set. 1911.

Percebemos, pelos valores relacionados, que os investimentos feitos por Alberto Maranhão tiveram o caráter de transformar a antiga cidade colonial em uma cidade dotada de ícones urbanos, que representassem o ideário de progresso, civilidade e modernidade, como a energia e os bondes elétricos, o calçamentos de ruas, e a construção de grandiosos monumentos arquitetônicos.

As reformas no espaço urbano da capital, segundo Giovana Paiva, tinha a finalidade de “*promover as mudanças desejadas pela elite local [...] sua atuação foi regulada por seus próprios interesses, que determinaram constantemente seu avanço ou o atraso.*”<sup>57</sup>

O discurso de reformar a cidade, através da transformação e organização do espaço urbano, como a transformação das fachadas das casas, e a implementação de signos que representassem o progresso, foi fortemente veiculado entre os principais jornais da elite na época, invocando o argumento da necessidade de transformar a cidade atrasada e colonial em uma outra moderna e progressista. É o que podemos perceber no discurso do Sr. Domingos Barros transcrito do jornal A República, dirigindo-se ao governador, Alberto Maranhão; *esquevia:*

“...foi o que empreendestes, senhor, criando-lhe modernas condições de conforto e commodidades, cuja reacção sobre o interior dentro em breve começará a ser apreciável e das mais importantes, a cidade cada vez mais vindo a ser frequentada e imitada; modelo que será de progresso e civilização.”<sup>58</sup>

Ainda, *1908* sobre os melhoramentos que eram destinados à capital do estado do Rio Grande do Norte e a introdução de equipamentos urbanos, o Jornal do Comércio, órgão carioca, *sob* sobre a epigraphe *Liga de Ensino no Rio Grande do Norte* discorre:

“...alli com o regime republicano, os melhoramentos têm sido tantos que, relativamente, nenhum Estado da Federação aproveitou mais. [...] hoje, além das novas edificações publicas e particulares, algumas das quaes, como o teatro Carlos Gomes, o palacete do Congresso Estadual, e mais alguns, ficariam bem em qualquer cidade mais rica.[...] quasi todas as ruas, estão regularmente empedradas, pelo menos melhor do que muitas no Rio de Janeiro; há uma excelente iluminação publica [...] e há costumes... cariocas.”<sup>59</sup>

Alberto Maranhão, ao assumir o governo (1908-1913), procurou imprimir em Natal a sua imagem do que seria uma cidade civilizada e moderna plausível com a Belle Époque européia.

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva. *De cidade a cidade*, p. 100.

<sup>58</sup> A REPÚBLICA, p. 01, 03 out., de 1911. Os grifos são meus.

<sup>59</sup> Texto reproduzido por A REPÚBLICA, p. 01-02, 18 ago. de 1911.

Contudo, a modernização em Natal beneficiou, em sua maior parte, a elite local. Não existia um envolvimento, tampouco uma inclusão das camadas mais populares nesse processo. Como corolário dessa idéia podemos apontar o fato de que o Decreto de n.º 228, assinado pelo governador, que concedia isenção de impostos durante o prazo de 17 (dezesete) anos a quem construísse prédios, exigia a confecção de plantas arquitetônicas, que deveriam ser submetidas previamente a aprovação do referido governo.

Isso retirava da população mais carente a possibilidade de residir em bairros deliberadamente destinados a elite natalense.

*“...a avenida Tavares de Lyra, futura arteria commercial e a Cidade Nova, que será brevemente ligada ao bairro da Ribeira por uma linha electrica e que pela sua colocação aprazivel sadia, no mais bello ponto da cidade, há de ser o preferido da residencia pela parte abastada da nossa sociedade, serão centros das actividade n'esta phase de edificações...”*<sup>60</sup>

O propósito era, justamente, expurgar do centro da cidade a pobreza, e não resolver os problemas por ela enfrentados, como afirma Pedro de Lima, ao analisar o processo de ocupação do bairro da Cidade Nova:

*“constituiu em uma dupla solução para o desejo de auto-segregação das classes dominantes locais. Por um lado, o Plano Polidrelli superaria o antigo desenho irregular originário da cidade colonial [...] e por outro lado serviria como um refúgio, onde as classes dominantes poderiam se proteger do contato com as péssimas condições ambientais das epidemias que, grassavam pela cidade.”*<sup>61</sup>

Em mensagem de governo de 1913, dirigida à Câmara Legislativa de Natal, Alberto Maranhão, enumera suas realizações:

*“instalação de uma Usina electrica do Oitizeiro e todas as installlações della decorrentes a saber: sete kilometros de linhas electrificadas para tramways suburbanos no circuito central da cidade e nos ramaes do Alecrim, Petropolis e Tyrol: abastecimento d'agua com a substituição de todo encanamento velho e elevação do deposito que serve ao pavimentos superiores dos predios da Cidade Alta: fabrica de cera para tijollos, telhas, manilhas e outros artefatos: iluminação electrica publica e particular nesta capital: forno de incineração do lixo da cidade; rede*

<sup>60</sup> A REPÚBLICA, p. 01, 07 out., 1910.

<sup>61</sup> LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*, p. 35.

*telephonica; fabrica de gelo; camaras frigorificas annexas do mercado publico.*"<sup>62</sup>

Durante a administração de Alberto Maranhão, a cidade revestiu-se dos elementos emblemáticos da modernidade europeia, traduzidas pelas inovações advindas da Revolução industrial, como ruas amplas e arborizadas, prédios suntuosos, energia elétrica e sistema de transportes, introdução de hábitos e modismos na elite local que reforçava o ideário de modernidade ~~que era almejado pela mesma.~~ <sup>por ela</sup>

Ao analisar o processo de modernização em Natal, percebemos que, essa modernização não se deu a partir da necessidade do crescimento do seu comércio ou da economia como um todo, tampouco de um projeto que incluísse a participação das classes populares, que teriam passado a exigir melhorias de condições de qualidade de vida comparada aos padrões sociais e culturais europeus.

A implementação de tal modernidade decorreu do anseio de uma elite que detinha o poder administrativo e político, que assim visava a acompanhar, passo a passo, o progresso dos principais centros urbanos, e ainda como uma possibilidade de "retorno financeiro ao ampliarem as facilidades de realização de seus negócios." <sup>63</sup>

Dessa forma, Alberto Maranhão, desempenhou um importante papel na história do estado do Rio Grande do Norte, principalmente ao inserir a cidade do Natal na era da modernidade, o que sem dúvida alguma permitiu modificações de hábitos e costumes, até então arraigados na elite e no povo em geral.

Tal observação faz-se necessária, principalmente, ao levarmos em conta a pouca importância política, econômica e cultural que tínhamos para o país no fim do Império. Isso tudo decorrente seja da localização geográfica, seja dos entraves naturais ou mesmo outros fatores que dificultavam o nosso crescimento. Dessa forma, o processo não deve ser analisado levando em consideração apenas a ótica da economia.

Assim, é inegável que o conjunto de realizações implementadas pelo governador no início do século XX, apesar de terem como suporte, também, interesse da oligarquia Albuquerque Maranhão, legaram ao estado e em particular a sua capital, uma nova mentalidade traduzida na arquitetura, na educação e na política, que induziram a transição da velha cidade colonial e arcaica para a nova e moderna cidade daqueles tempos.

<sup>62</sup> Mensagem de Governo dirigida à Assembléia Legislativa, p. 16, 1913.

<sup>63</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva. *De cidade a cidade*, p. 100.

D'Acual era o  
o centro interestadual?  
"suporte"?

Seu governo e sua figura se confundem e são comparados a uma fase de progresso, civilidade e modernidade, decorrentes do êxito de empreendimentos realizados na capital, os quais trouxeram melhoramentos inquestionáveis, mesmo que, para tal fim, este tenha adotado uma postura altamente centralizadora, e que privilegiavam amigos e membros de sua família. Como afirma o jornal A República:

*“o dr. Alberto Maranhão é um dos homens cuja acção directa sobre os destinos do Rio Grande do Norte se tem mais fortemente accentuado. [...] por todos os ramos da administração tem se desdobrado sua acção directa, reorganizando serviços, creando outros, desenvolvendo forças, incrementando expansões, tornado-se quasi o ponto de convergência da vida politico-economico do Estado.”<sup>64</sup>*

*Viva Alberto Maranhão!*

<sup>64</sup> A REPÚBLICA, p. 01, 02 out., 1911.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX e início do século XX, foi comum na Europa a realização de "Exposições Universais" em países como a França, a Inglaterra e Alemanha.

Os pioneiros na organização dessas Exposições acreditavam que a expansão do capitalismo solucionaria os problemas de todos os povos. Esse pensamento era consequência de um entusiasmo em relação aos avanços tecnológicos do período, pois vivia-se a euforia de novas descobertas e o sonho de que estas modificariam profundamente a vida dos homens.

Era quase impossível não saudar com bons olhos inovações como a eletricidade, o telefone, o uso do ferro e do vidro e o automóvel, dentre outros. Símbolos foram criados com o objetivo de representar as maravilhas do mundo capitalista. Um exemplo disso é a construção do Palácio de Cristal, na Inglaterra, feito especialmente para sediar a "Primeira Exposição Universal". */ Uma obra de arte? Três palavras "*

No Brasil, as elites brasileiras aderem às idéias européias *que visavam* <sup>20</sup> aproximar-se de uma matriz cultural, símbolo de civilizada, progressista e moderna, com intuito de transformar a velha sociedade colonial e escravista em uma outra, cosmopolita.

Com efeito, vivenciamos um processo que para a maioria da população não possuía o mesmo significado, pois os benefícios estavam restritos a determinados espaços e círculos sociais. Apesar disso, serviu para integrar o país às mudanças globais do neocolonialismo. *colocados pelo imperialismo no final do séc. XIX.*

Em Natal, esses símbolos chegaram sem a intensidade que apresentavam em sociedades da Europa, caracterizando-se mais como um desejo das elites locais de se igualarem às européias (aqui representada pela figura do governador Alberto Maranhão) do que como uma consequência do desenvolvimento do mercado local.

Essas elites foram embaladas pelo sonho febril de se tornarem os arautos do progresso, de uma terra ansiosa por seguir passo a passo a civilização, expressando uma realidade onde estavam sendo plantadas os fundamentos de uma modernidade.

Um exemplo peculiar das intenções modernas, por parte de Alberto Maranhão, foi a construção do teatro Carlos Gomes, obra inspirada e construída, segundo o modelo europeu. O teatro foi todo proveniente da Europa: materiais, técnicos, ornamentos, o que demonstra a vontade das elites de reproduzir um cenário de uma sociedade civilizada e moderna.

Outro exemplo foi o projeto e a construção da Cidade Nova, obra inspirada nos princípios higienistas, patentes na amplitude das ruas e avenidas e no afastamento entre as edificações, com construções e alinhamentos típicos do planejamento moderno.

Dessa forma, a Cidade Nova tornou-se referência do moderno em Natal, não apenas pela construção de novos prédios mas, <sup>Itamar</sup> pelo fato de que mergulhou numa fase da sua história, pois isso possibilitou a ocupação de áreas que passaram a ser referências de modernidade. ?

Em Natal, a leitura desses elementos nos mostra uma modernização fragmentada, situada em espaços localizados, muitas vezes limitada à construção de uma avenida ou de um prédio, no qual ficava expresso o desejo de transformar Natal em uma grande capital, inserida no mundo moderno.

Entretanto, Alberto Maranhão desempenhou um importante papel na história do Rio Grande do Norte, principalmente ao inserir a cidade do Natal na era da modernidade, mesmo que, para tal fim, ele tenha adotado uma postura centralizadora, <sup>que</sup> privilegiava membros da elite, parentela e amigos. Repetido  
p. 38

Seja como for, foi em seu governo que a cidade revestiu-se de símbolos e equipamentos, como a energia elétrica e os bondes, que significavam o ideário e a inserção de Natal na modernidade. Como afirmou Itamar de Souza “*Alberto Maranhão realizou uma administração muito acima do seu tempo.*”<sup>65</sup>

Viva Alberto Maranhão!

<sup>65</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, p. 242.



## FONTES

MENSAGENS DE GOVERNO, dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, em 1º. de novembro de 1910. Pelo governador Alberto Maranhão.

MENSAGENS DE GOVERNO, dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, em 1º. de novembro de 1911. Pelo governador Alberto Maranhão.

MENSAGENS DE GOVERNO, dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, em 1º. de novembro de 1912. Pelo governador Alberto Maranhão.

MENSAGENS DE GOVERNO, dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, em 1º. de novembro de 1913. Pelo governador Alberto Maranhão. Disponível em: <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil.pindex.htm> acesso em 22 de junho de 2002.

REPÚBLICA, Natal, 1910-1912.

## BIBLIOGRAFIA

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na Campanha salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

BATISTA, Marta R. , GRAF, Márcia E. Campos. *Cidades Brasileiras II*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1999.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e informação Cultural, Divisão de editoração, 1990.

- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Tese (doutoramento). UFPE, 1999.
- CANUTO, Jeane Fialho. *O cemitério do Alecrim: uma análise das representações da morte em Natal*. Monografia (Graduação em História). Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.
- CARONE, Edgard. *A República Velha. Evolução política (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 3.<sup>a</sup> edição, 1977.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: RN Econômico, 3.<sup>a</sup> Edição. 1999.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Angela Marques, SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Virando séculos (1890-1914) no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850- 1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HOBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro:

HOBBSAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1978.

\_\_\_\_\_ *A era do Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 2.<sup>a</sup> edição, 1986.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRRN, 2000.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Giovana Paiva. *De cidade a cidade*. O processo de modernização de Natal 1889/1913. Natal: EDUFRRN, 1999.

OLIVEIRA, Maria Patrícia Costa. *O Porto de Natal e sua influência na urbanização dos bairros da Cidade Alta e Ribeira (1808-1920)* Monografia (Graduação em História) Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

PIRES, Meira. *Alberto Maranhão e o seu tempo (1872-1944)*. Natal: Secretaria da Educação e Cultura, 1963.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: do século XVI ao século XX*. Natal: Clima, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil 3*. República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Natal: [s.n.], 1989.

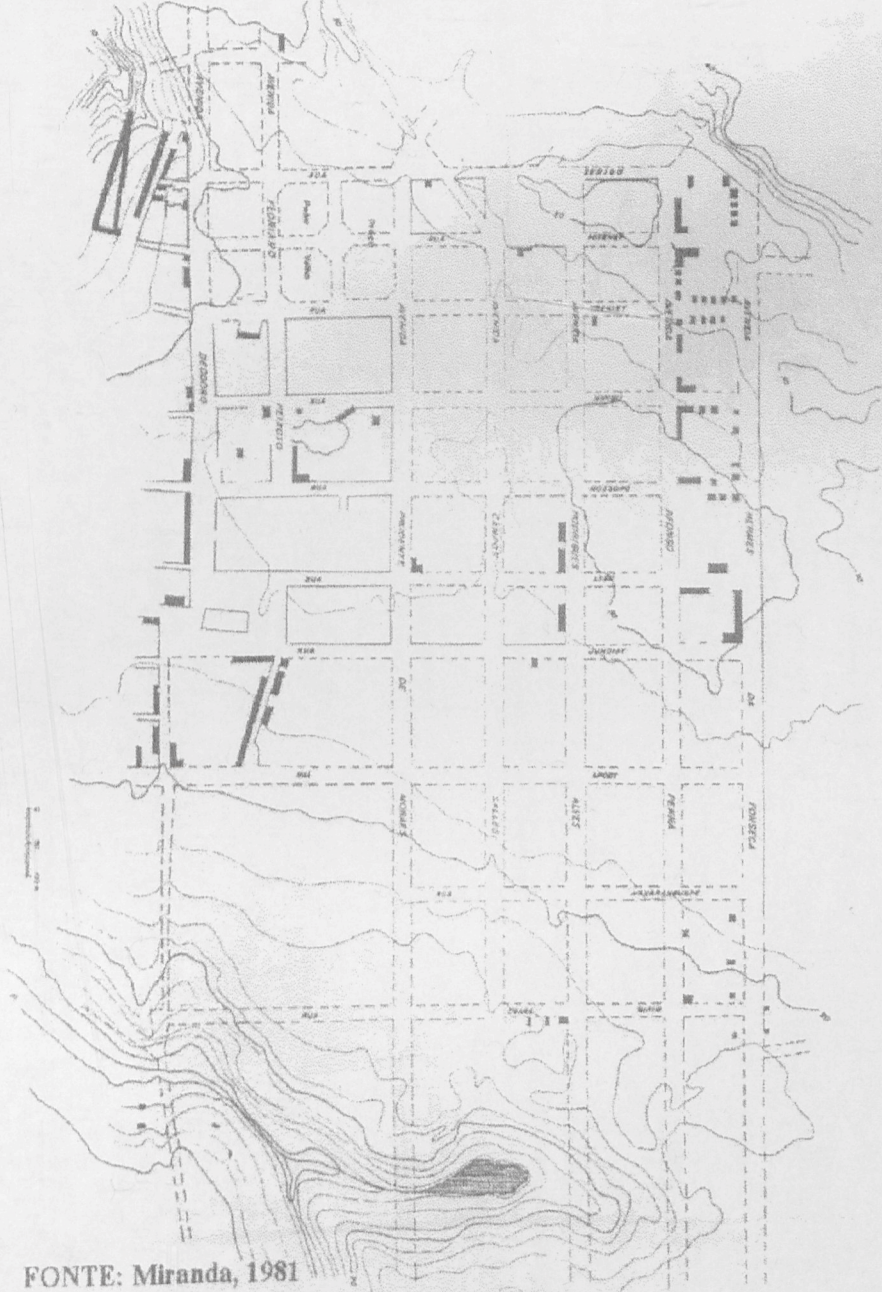
SILVA, José Edson da. *Casa comercial de Guarapes (1859-1872)*. Monografia (Graduação em História) Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Um Outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza, BNB, ETEN, 1985.

\_\_\_\_\_. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Hicitec, Natal: Editora Universitária da UFRN, 1995.

**ANEXOS**

Cidade Nova, Antonio Poldirelli, 1901



FONTE: Miranda, 1981

In: LIMA, Pedro. Natal século XX, p. 180.

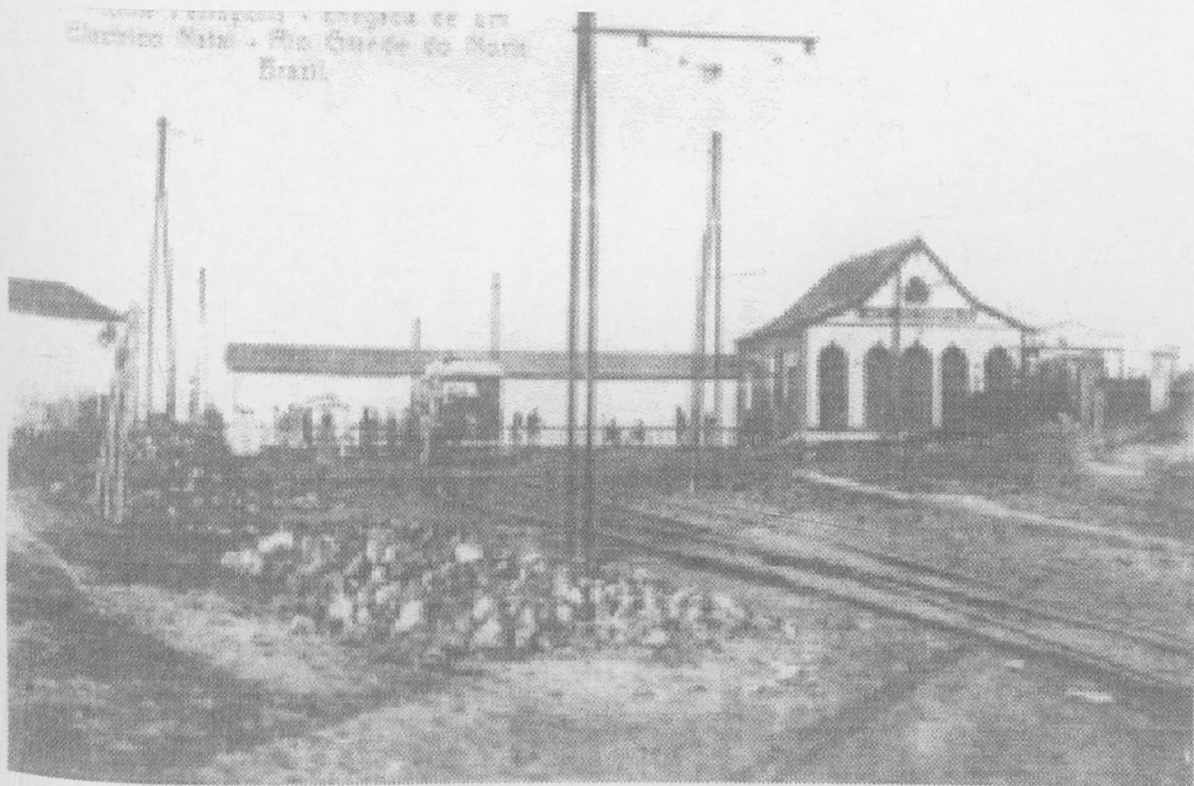


FIGURA 15 – Monte Petrópolis: parada do Bonde,  
Café e Mirante – Data não-identificada (Cartão Postal)

Fonte: Arquivo do Jornal *Diário de Natal*.

In: OLIVEIRA, Giovana Paiva. *De cidade a cidade*.

Em maio de 1912

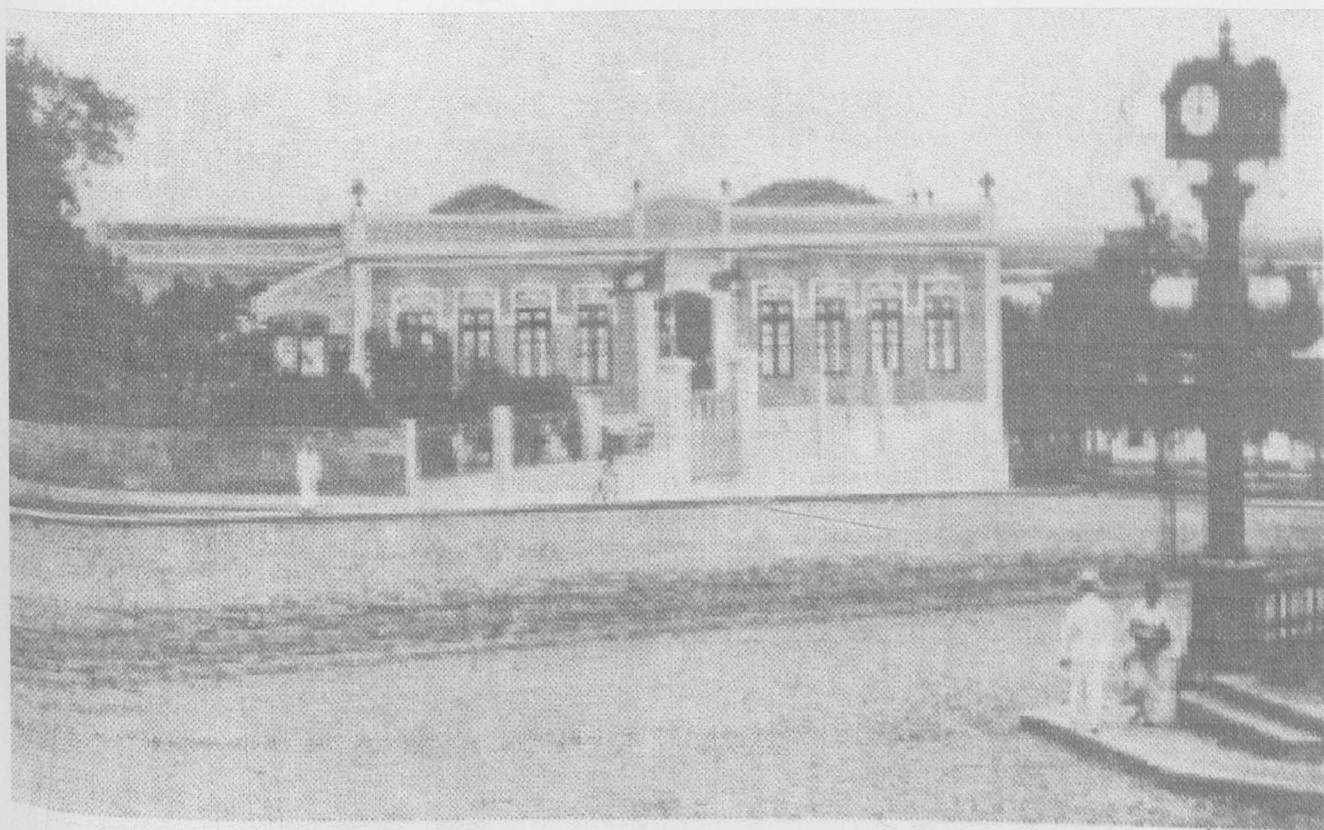


FIGURA 9 – Congresso de Estado – Década de 10

Fonte: Arquivo do Jornal *Diário de Natal*.

In: OLIVEIRA, Giovana Paiva. *De cidade a cidade*.  
Em 1006 - ...



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



MODERNIDADE E OBRAS PÚBLICAS EM NATAL  
(SEGUNDO GOVERNO DE ALBERTO MARANHÃO)

CRISTIANE DE ARAÚJO ALMEIDA

NATAL / RN  
2002.